

		<b>Universidade Presbiteriana Mackenzie</b> <i>Centro de Ciências e Tecnologia</i>	
Curso: Direito		Professor (a): Vinícius Pacheco Fluminhan	
Componente Curricular: Direito da Seguridade Social			
Etapa: 7º F	TIA:	Data: 11/09/2018	NOTA:
Aluno (a):			
<p><b>Orientações ao aluno: Não se comunique durante a prova: caso isso ocorra após a primeira advertência do professor, a prova será imediatamente recolhida! Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos devem ser desligados: caso haja <u>qualquer tipo de uso</u> durante a prova, esta será imediatamente recolhida pelo professor.</b></p>			

**1ª QUESTÃO (3,5 pontos):** Imagine a situação hipotética abaixo e responda a pergunta colocada ao final.

*Uma lei federal é aprovada com o intuito de ampliar a proteção social no Brasil. Entre outras medidas, a lei acrescenta ao Plano de Benefícios da Previdência Social os benefícios de auxílio-natalidade e auxílio-funeral. O primeiro visa incrementar a renda das famílias para fazer frente às despesas com o nascimento de um filho, enquanto o segundo visa incrementar a renda das famílias por conta das despesas com o enterro de um ente do núcleo familiar. A lei prevê que, em razão de limitações orçamentárias, ambos os benefícios podem ter redução do valor nominal e são destinados apenas aos trabalhadores urbanos. O STF acaba de receber uma ADI que impugna a referida lei.*

**Pergunta:** Qual seria seu parecer sobre a constitucionalidade da norma? Explique.

**2ª QUESTÃO (3,5 pontos):** A empresa ‘Publicações Jurídicas S/A’ explora a atividade de editoração e publicação de livros e foi autuada pela Receita Federal do Brasil por supostas irregularidades no ano de 2017. Questionado pelo Auditor da RFB, o contador da empresa confirmou que no ano passado todos os autores que tiveram livros publicados foram remunerados pela cessão de direitos autorais. A quantia total foi de R\$ 500.000,00. Na fiscalização, a RFB pretende cobrar previdenciária sobre o montante acima mencionado, além de multa, juros e correção monetária. A empresa procura seu escritório de advocacia para esclarecer a questão. Dê seu parecer de forma fundamentada a respeito da legalidade da autuação, apontando os dispositivos legais pertinentes.

**3ª QUESTÃO (3,0 pontos):** Qual a relação entre o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e o art. 194, parágrafo único, inciso V da Constituição Federal? Explique.

**Boa Prova!**